

Galvêas se reúne com Clube de Paris para reescalonar dívida

ANY BOURRIER

Correspondente

PARIS — Com a presença do Ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, começa amanhã a reunião do Clube de Paris, em que o Brasil vai pedir o reescalonamento da dívida pública, já vencida, de US\$ 2,2 bilhões.

As informações sobre o número de participantes, o local do encontro e os próprios personagens representantes dos países mais ricos do mundo que integram o Clube, no entanto, são imprecisas.

— Discrição e silêncio são dois dos princípios que não podemos desprezar nunca — diz Jean Claude Tricher, Assessor e às vezes Porta-Voz do Presidente do Clube de Paris, o Diretor do Tesouro francês, Michel Candessus.

Com certa insistência Tricher acrescenta:

— O Clube de Paris não admite publicidade. Temos o hábito de deixar ao país devedor o direito de falar so-

bre suas negociações com o Clube, se assim o desejar.

As reuniões do Clube de Paris caracterizam-se pela variedade de locais. Seu nome resulta do fato de que deveria se reunir na capital francesa, mas já houve casos em que os credores se encontraram em Bruxelas ou em Amsterdã.

Em Paris, os membros do Clube — que nunca são os mesmos, os participantes variam conforme o país devedor — têm a possibilidade de optar entre as salas do Tesouro francês, no Palácio do Louvre, anexo do Ministério das Finanças, ou no Hotel Majestic, recentemente batizado de Centro Internacional de Conferências da Avenida Kleber.

A primeira reunião convocada para examinar o pedido de reescalonamento da dívida pública brasileira, feito pelo Ministro do Planejamento, Delfim Netto, em 18 de agosto, foi realizada no Hotel Majestic.

Desta vez, apenas o Presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastores, pode dizer quantos serão os negociadores. Sabe-se que a maioria

das nações ricas estará presente, além de observadores de entidades de caráter multilateral como o FMI, Banco Mundial e, talvez, o Banco Internacional de Compensações (BIS).

No final das reuniões, com interrupção apenas para almoço, Michel Candessus, agindo como Presidente, estabelece as recomendações do Clube de Paris, ou as decisões de caráter global que vão servir de base para as negociações seguintes entre cada credor e os enviados brasileiros. Dessas recomendações constam os prazos de carência e os juros que serão pagos pelo devedor.

Neste momento é que as negociações entre o Brasil e os países ricos que lhe emprestaram dinheiro entram em sua fase mais delicada. Fontes bem informadas indicaram que o Governo brasileiro pleiteia os juros vigentes no mercado na época em que esses compromissos deveriam ser saldados, mas o Clube tem o costume de cobrar juros atualizados.